



## O sentido histórico da formação de colônias europeias no Paraná: o exemplo de Superagui

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.42221>

Caiubi Martins Dysarz

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. E-mail: [caiubi\\_martins@hotmail.com](mailto:caiubi_martins@hotmail.com)

---

---

<b>Palavras-chave:</b> colonização no Paraná; colônia de Superagui; imigração; carestia de gêneros; historiografia paranaense.	<b>Resumo:</b> A formação de colônias de estrangeiros no Paraná, durante o século XIX, foi explicada pela historiografia local em virtude da necessidade de formação de uma agricultura de abastecimento e de uma suposta carestia de gêneros alimentícios. Para embasar tal linha argumentativa, utilizou-se a manifestação de um empresário colonizador: o suíço Carlos Perret Gentil, fundador da Colônia do Superagui. O objetivo deste trabalho é discorrer sobre suas ideias a respeito de colonização europeia e agricultura no Paraná dos oitocentos e a posterior apropriação de tais relatos pela historiografia paranaense, para explicação e formação de sentido histórico dos acontecimentos narrados.
<b>Key words:</b> Paraná's colonization; Superagui colony; immigration; food shortage; Paraná's historiography.	<b>The Historical Sense of Foreigner Colonies Formation in Paraná: The Superagui Example</b> <b>Abstract:</b> The foreigner colonies formation in Paraná, during the XIX century, was explained by local historiography as motivated by the necessity of a supply agriculture and by one supposed food shortage. In order to support that argument, it was referenced the manifestation of a colonial enterprising: the Swiss Carlos Perret Gentil, founder of Superagui's Colony. The aim of this work is to run through his ideas about the European colonization and the Paraná's farming during the XIXth century, and the after appropriation of those accounts by Paraná's historiography, with the purpose of explaining and forming historical sense of the mentioned events.
<b>Palabras clave:</b> colonización en el Paraná; Colonia de Superagui; inmigración; carestía de gêneros; historiografía paranaense.	<b>El Sentido Histórico de la Formación de las Colonias de Extranjeros en Paraná: El Exemplo de Superagui</b> <b>Resumen:</b> La formación de las colonias de extranjeros en Paraná, durante el siglo XIX, fue explicada por la historiografía local en virtud de la necesidad de formación de una agricultura de abastecimiento y una supuesta carestía de gêneros alimenticios. Para basar tal línea argumentativa, se utilizo la manifestación de uno empresario colonizador: el suizo Carlos Perret Gentil, fundador da Colonia del Superagui. El objetivo de este trabajo es discurrir sobre sus ideas acerca de la colonización europea y la agricultura en el Paraná del siglo XIX, y la posterior apropiación de estos relatos por la historiografía paranaense, con la finalidad de explanación y formación de sentido histórico de los acontecimientos narrados.
<b>Artigo recebido em:</b> 02/04/2018. <b>Aprovado em:</b> 28/07/2018	

As políticas de colonização encampadas no Brasil dos oitocentos foram explicadas, de um lado, pelo projeto de ‘branqueamento’ da população, estimulado por diferentes ideias civilizacionais e raciais (ALENCASTRO, 1997, p. 292-295; LESSER, 2001, p. 20-21; OLIVEIRA, 2002, p. 10); e, de outro, pelas necessidades de ocupação e povoamento do território, aliada à necessidade de braços para a lavoura e melhorias na agricultura (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 2002, p. 266; SEYFERTH, 1990, p. 14; MACHADO, 1996, p. 3). A colonização restrita ao Paraná explicou-se pela necessidade de melhoria da agricultura de subsistência e pela carestia de gêneros alimentícios, algo que deveria ser aliviado pelos diferentes empreendimentos voltados ao fornecimento de lotes de terra para a agricultura familiar de colonos europeus, conforme defendido primeiramente pela professora Altiva Pilatti Balhana (2002b, 367-369) e sublinhado por diferentes trabalhos subsequentes relativos ao tema.

Destaca-se que uma fonte dos oitocentos teve importância capital para tal inferência: o fundador da Colônia de Superagui, o Cônsul Geral da Suíça no Brasil Carlos Perret Gentil, em especial, suas observações sobre o suposto estado lastimável da agricultura paranaense e a defesa do fomento da colonização europeia com o objetivo de aumento de produtividade. Assim, este artigo se propõe, de início, a analisar o contexto e as

circunstâncias que permitiram ao empreendedor colonial formular suas ideias sobre a temática da colonização para a melhoria da agricultura, tratando de analisá-las e descrevê-las de maneira pormenorizada. Em seguida, deter-se-á sobre a apropriação de tais relatos pela historiografia paranaense que debruçou-se sobre o tema, problematizando-a sobre as perspectivas de explicação histórica e de sentido de acontecimentos pretéritos. Por fim, pretende-se relativizar o quanto as observações de Perret Gentil podem ser consideradas como verdade histórica.

### **A formação da colônia de Superagui: cenário nacional e motivações particulares**

Após aquele que pode ser considerado o marco inicial dos processos de colonização e imigração europeia no Brasil, o decreto do príncipe regente D. João autorizando a concessão de sesmarias àqueles que não fossem súditos de Portugal, em 1808, os projetos para utilização da população advinda da Europa concentraram-se em duas tendências. A primeira, o fornecimento de terras aos colonos europeus, para que se dedicassem a agricultura de forma familiar e sem o concurso de braços escravos, em colônias formadas para tal fim, com o objetivo de povoamento de ‘vazios demográficos’<sup>1</sup> em regiões relativamente ermas.

---

1 Conforme afirma Lúcio Tadeu Mota (1994), a concepção de ‘vazio demográfico’ apareceu repetidas vezes nos trabalhos a respeito da ocupação do território paranaense desenvolvidos durante as décadas de 1950 e

A segunda, posteriormente e concomitantemente, o aproveitamento do contingente imigrado como mão de obra na grande lavoura e agricultura de exportação, em substituição ao trabalho escravo.

Essa última tendência foi defendida por parlamentares do Império que conjugavam suas atividades políticas com a administração e o auferimento de rendas de suas grandes propriedades. Assim, tal grupo criticava o fornecimento de terras a elementos estrangeiros, estimulados principalmente pela Coroa, ao passo que afirmavam que a lavoura de exportação enfrentava uma carência de braços (LAZZARI, 1980, p. 33; PETRONE, 1982, p. 22). Na primeira metade do século XIX, o mais célebre de tais parlamentares é indubitavelmente o senador pela Província de São Paulo Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, proprietário das fazendas paulistas de Ibicaba e Angélica. Nas décadas de 1840 e 1850, propôs o emprego de colonos europeus em suas propriedades, sob o regime de trabalho denominado de parceria: trabalhador e fazendeiro dividiriam igualmente os valores auferidos com a comercialização do produto da terra (HOLLANDA, 2004, p. 246-247; HOLLOWAY, 1984, p. 112).

As iniciativas do senador Nicolau Vergueiro inspiraram diversos proprietários a seguirem as diretrizes de seu empreendimento, introduzindo colonos europeus em substituição ao braço escravo. Entre esses, encontrava-se o

Cônsul Geral da Suíça no Brasil Carlos Perret Gentil, que visitou as propriedades do senador e pôde observar a instalação e os trabalhos desenvolvidos por colonos portugueses e alemães nos anos de 1847 e 1850. As observações e os contatos pessoais com os promotores da iniciativa, no caso a família Vergueiro, levaram-no a publicar o opúsculo “A Colônia Senador Vergueiro: Considerações”, no ano de 1851. A obra em questão pretendia persuadir fazendeiros e possíveis emigrantes europeus sobre as vantagens da adoção do sistema de trabalho posto em prática nas propriedades da família paulista. O contato com tal experiência, por sua vez, estimulou o próprio cônsul a formar sua empresa imigrantista, aproveitando-se de seus estudos e observações sobre o tema:

...persuadi-me sem restrição que o Sr. Vergueiro traçava a verdadeira vereda de atingir o resultado real da colonização, e formei então o projecto de dedicar-me a agricultura sobre as bases do seu systema[...]. Impellido pois n’esta nova carreira pela necessidade que tem o Brazil de chamar a si muitos emigrantes, por cauza da perseguição acerrima que o seu governo actualmente faz ao contrabando de negros, tenho querido dedicar-me inteiramente a agricultura e colonisação.... (GENTIL, 1851, p. 33-34).

Acalentando tais projetos, Carlos Perret Gentil fundou, no final de 1851, a Colônia de Superagui, no litoral norte do Paraná, cujo território ocupava grande parte da península homônima. Todavia, seus desígnios iniciais de reproduzir os métodos de trabalho da lavoura paulista em sua própria empresa não são

---

1980. Porém, tais trabalhos ignoravam a presença indígena nesses supostos ‘vazios demográficos’.

concretizados. Ao invés de empregar o contingente imigrado por meio de sistema de parceria, o cônsul suíço decidiu vender-lhes ou aforar-lhes lotes de terra, adquirindo outras formas de rendimento por meio da comercialização dos produtos coloniais, beneficiamento de gêneros e fornecimento de víveres e ferramentas.

Uma vez que a empresa foi formada apenas com os capitais de seu empresário, sem qualquer tipo de incentivo governamental, o empresário de Superagui enfrentou inúmeras dificuldades para engajar colonos para seu estabelecimento. Assim, com o intuito de obter vantagens para seu próprio projeto, dirigiu-se a Zacarias de Góes e Vasconcellos, primeiro presidente da nova Província do Paraná, pouco mais de dois meses após a instalação da presidência. Em consonância com os desígnios do cônsul suíço, o presidente de província recebeu uma série de instruções do Governo Imperial para implementá-las durante o seu mandato, entre as quais constava a seguinte:

Deverá tratar com maior empenho dos meios de promover o aumento da população livre, indicando os que lhe parecerem mais acertados, ou consistam de núcleos de colonização estrangeira e na fundação de presídios e colônias militares, para o que apontará as localidades mais apropriadas para seus recursos ou condições de salubridade, ou que tenham por fim a catequese e civilização de indígenas (Martins, 1999, p. 30).

### **Os fins e os meios para um surto colonizador na nova província do Paraná**

No que tange à região do Paraná, Carlos Perret Gentil foi pioneiro em vários ramos de atividade: o primeiro a fundar uma colônia sem amparo governamental e de iniciativa totalmente particular, a inspirar-se na grande lavoura para fazer sua experiência, a fazer com que colonos cultivassem café para a venda nas paragens mais próximas, bem como atrelá-los a cadeias de endividamento. Seria Perret Gentil também o primeiro indivíduo sem vínculo com o Governo Imperial a defender e fazer proposições sobre colonização para a nova circunscrição do Império. Suas ideias, ignoradas por seus contemporâneos, lograram reconhecimento pela historiografia paranaense, evidenciando os fins da atividade imigratória na região. Em suma, apresentara o ‘sentido da colonização’ europeia para a nova circunscrição política.

O antigo cônsul remeteu uma série de considerações sobre o assunto de colonização ao então Presidente de Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, com o intuito de renovar a produtividade agrícola da região. Argumentara que seria a colonização a chave fundamental para o progresso dos países despovoados, que tirariam dela o desenvolvimento, e o Paraná teria, mais do que qualquer outra província do Império, “necessidade de um forte impulso para lhe fazer sair deste estado de abandono no qual tem estado há muito tempo a antiga Comarca de Curitiba e que tem resultado na nulidade sobre o que diz respeito à agricultura” (GENTIL, 1854, tradução nossa). Perret Gentil observara que há

algumas décadas havia grandes plantações de trigo e de café, além de uma produção avultada de víveres. Entretanto, a nova região encontrava-se, na década de 1850, tributária das províncias mais próximas para obter gêneros de alimentação básica, como Santa Catarina e São Paulo.

Tendo em vista as qualidades geográficas do Paraná, que poderiam não só fornecer os alimentos importados pelo Império, bem como aqueles produzidos sob o calor dos trópicos, Perret Gentil considerava uma verdadeira anomalia o estado da agricultura, perfilando as causas do problema. Primeiro, acusava os grandes proprietários, cuja responsabilidade recaía sobre a coordenação das atividades agrícolas, devendo “não deixar os homens e a cultura cair no marasmo” (GENTIL, 1854, tradução nossa). Segundo, a ‘falta de braços’ que necessitava de remédio para propiciar todas as vantagens que o Paraná poderia retirar da produção agrícola:

...precisa-se de cultivadores e de braços, [pois] a vontade é justamente o que falta nesta província, que é pouco povoada e cujos habitantes mesmo são pouco inclinados para os trabalhos da terra, preferindo de um lado criar o gado e do outro inclinar-se a derrubar árvores ou fazer a exploração do mate. Se mesmo estes homens se pusessem um pouco na agricultura, eles não seriam mais que maus agricultores. (GENTIL, 1854, tradução nossa)

Esse fato somado à cessação do tráfico de escravos, impedindo a renovação de braços para lavoura, anunciaria um período de

escassez na produção agrícola, que já se encontrava em estado ‘decadente’. Em suma, suas ideias apresentavam sua própria ‘cosmogonia’ da economia paranaense, por vezes corroborada em pesquisas contemporâneas<sup>2</sup>. Em pouco mais de dois anos de vivência nas proximidades de Paranaguá, conseguiu observar uma situação que grande parte de trabalhos historiográficos corroborariam.

Após o fim das explorações auríferas na segunda metade do século XVIII, a região de Paranaguá dedicou-se à agricultura de subsistência, sendo a farinha de mandioca o principal artigo de exportação da região, bem como a principal responsável por manter o seu incipiente comércio, abastecendo Bahia, Rio de Janeiro e Santos com sua produção diminuta (BALHANA, WESTPHALEN, 2002, p. 140). A pouca produtividade da farinha, somada à pobreza passada pela vila, fez com que algumas vezes a Câmara de Paranaguá proibisse sua exportação, ou mesmo obrigasse seu plantio (WESTPHALEN, 1998, p. 214-215). A farinha de mandioca tornar-se-ia o maior produto de exportação de Paranaguá, sendo o artigo exigido inúmeras vezes por outras vilas do Brasil; porém, a produção mal conseguia atender às

2 Utilizamos cosmogonia não no sentido atribuído por Carlo Ginzburg às ideias de criação do mundo descritas por Menocchio em seu trabalho clássico “O queijo e os vermes”, mas sim como visão de mundo de Perret Gentil; entretanto, a análise do pensamento do antigo cônsul e as razões para tal, alicerçadas em grande parte em sua realidade circundante quanto em seu arcabouço cultural, não deixam de ser análogas ao estudo do historiador italiano sobre o moleiro friulano (GINZBURG, 2006, p. 95-103).

demandas locais.

A produção paranguara não se restringira apenas à farinha de mandioca. Ao final do século XVIII e início do XIX, tentou-se o cultivo de arroz no litoral e de trigo serra acima, além da produção de aguardente. Em fins do século XVIII, a produção de trigo constituiu a maior parte do excedente agrícola do planalto dirigido ao litoral, mas, ao final da década de 1820, restavam poucos indícios dela, principalmente em função da praga da ferrugem (BALHANA, WESTPHALEN, 2002, p. 139). Porém, a posição de Paranaguá (e, por conseguinte, da região do Paraná como um todo) como fornecedora de gêneros mudaria drasticamente no início do século XIX, a partir do escoamento da produção ervateira aos países platinos pelo litoral paranaense. Desde o século XVIII, os habitantes de Curitiba traziam as congonhas colhidas nos ervais do planalto para serem vendidas no litoral. Contudo, apenas com a chegada do argentino Francisco de Alzaray, em Paranaguá no ano de 1820, o qual introduziu as técnicas de beneficiamento em voga nas repúblicas da América Espanhola, é que a produção para essas regiões se intensifica. As restrições políticas do Paraguai à exportação da erva-mate para Buenos Aires, encarecendo-a enormemente, fizeram com que os negociantes platinos procurassem outros mercados exportadores, como o Brasil, explicando assim a presença de Alzaray na região (WESTPHALEN, 1998, p. 165; 235). Dessa forma, a erva-mate transformava-se já

nas primeiras décadas do século XIX no principal produto de exportação da região, impulsionando assim a criação de engenhos de soque para seu beneficiamento.

O desenvolvimento da produção ervateira foi muito expressivo na região do Paraná. A exportação do mate paranaense, no decorrer da década de 1850, correspondia quase à totalidade do mate comercializado pelo Brasil, sendo as exportações para o interior do Império mínimas. Foi a produção ervateira um dos pilares e um dos argumentos que propiciaram a transformação da Comarca de Curitiba na província do Paraná (SANTOS, 1995, p. 32-34). A partir da primeira metade do século XIX, a farinha de mandioca, antes um produto de exportação, passou a representar um dos gêneros de importação de Paranaguá, ao lado da farinha de trigo, outro gênero frequentemente exportado, denotando a decadência da produção de víveres. Em 1826, enquanto a aquisição de fazendas correspondia a 71,1% do valor total das importações, a farinha de mandioca representava 6,2%, constituindo-se no segundo maior artigo de importação naquele ano, acompanhada pela farinha de trigo e toucinho. No ano de 1848, a exportação ervateira correspondia a 83,4% do valor total da carga expedida pelo porto de Paranaguá, enquanto a farinha de mandioca representava apenas 0,1% das exportações, o feijão representava 0,2% e o milho correspondia a 0,3%. As exceções eram os novos produtos como a aguardente e o arroz, o primeiro representando 1,2% das exportações

e o segundo 3,7%, constituindo-se este o mais importante gênero alimentício exportado por Paranaguá (WESTPHALEN, 1998, p. 116;121).

A percepção de Perret Gentil de que a cultura do mate – além da pecuária e da madeira – desviava esforços que podiam ser utilizados na agricultura, coincide com algumas inferências da historiografia paranaense. De fato, a colheita da *ilex paraguariensis*, que cobria boa parte do planalto paranaense, era uma alternativa mais rentável do que a prática da agricultura para a população mais pobre da região, principalmente em função de os mercados urbanos de gêneros serem restritos. A atividade ervateira se firmou como a principal fonte de renda para boa parte da população, sendo uma atividade sazonal na qual se dedicavam com afinco por apenas alguns meses, o que lhes garantia rendimento suficiente para ter acesso a alguns produtos no decorrer do ano. Em seu tempo restante, cuidavam de uma agricultura muito restrita e da criação de animais. O comércio ervateiro estava nas mãos de alguns comerciantes de Paranaguá; contudo, a produção ervateira em si não exigia grandes investimentos e nem conhecimentos técnicos, sendo praticada por diversos produtores artesanais autônomos. O que os comerciantes faziam era apenas comprar a produção desses pequenos produtores, seguindo o esquema do *putting-out*, anterior à fábrica na Revolução Industrial, e que, por sua vez, antecederia a indústria ervateira paranaense,

iniciada a princípio com os engenhos de soque e que se utilizara grandemente do trabalho livre já em meados do século XIX (SANTOS, 1995, p. 35; PEREIRA, 1996, p. 42-50).

Apesar da ascensão econômica do mate na primeira metade dos oitocentos, ainda era a pecuária que influenciava sobremaneira a região em questão. A transumância dos muares provenientes do caminho do Viamão desempenhou um papel importante na ocupação dos Campos Gerais, servindo o Paraná principalmente como um território de passagem para as tropas em direção ao mercado de Sorocaba, atividade na qual os proprietários obtinham maiores rendimentos do que com a criação de reses. Com isso, os proprietários de terra obtinham rendimentos principalmente do aluguel de suas fazendas para a prática de invernagem das tropas provenientes do Sul, sejam de gado muar ou bovino (PADIS, 1981, p. 71-72). As somas invertidas dos tributos provenientes da pecuária teriam um grande impacto sobre as finanças da nascente província (SANTOS, 1995, p. 55), tanto que a elite política paranaense era oriunda em sua maioria dos grandes proprietários dos Campos Gerais. Contrariando o quadro ensaiado pela produção ervateira, que empregava em larga medida o trabalho livre, o criatório e a invernagem dos Campos Gerais se utilizavam, em grande parte, do braço escravos para suas atividades, gerando pouquíssimos excedentes agrícolas (OLIVEIRA, 2001, p. 148; PEREIRA, 1996, p. 21).

Em meio às atividades de pecuária e

extração do mate, encontrava-se grande variedade de pequenas propriedades, posses ou sítios, dos quais um número entre 70% a 90% dos chefes de fogos declarava ser a lavoura a sua principal atividade, na maior parte das vezes plantando apenas para seu próprio sustento (MACHADO, 2006, p. 98-99). Tais glebas, em sua grande maioria, possuíam áreas menores que 100 hectares, havendo na região do Paraná uma alta concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários (p. 102-103). Uma parcela significativa, mas minoritária das explorações agrícolas, utilizava a mão de obra escrava e o trabalho de agregados. No caso paranaense, 80% dos fogos não possuíam escravos e aproximadamente 60% dos proprietários possuía entre 1 a 4 cativos (GALARDO, 1986, p. 38).

Uma vez que as atividades econômicas mais rentáveis desviavam as atenções dos habitantes do Paraná, e mesmo aqueles que se dedicavam à agricultura na maioria das vezes plantavam apenas para seu próprio sustento, Perret Gentil defendia a introdução de novos atores que pudessem corresponder às expectativas de crescimento da lavoura e abundância de gêneros: era preciso trazer colonos europeus para remediar o problema. Para tal, deveriam ser realizados alguns sacrifícios pecuniários em favor daqueles que se dedicavam a tal atividade, como o próprio empresário de Superagui, que em sua missiva pretendia sensibilizar o governo provincial sobre os possíveis entraves em tais iniciativas.

Nesse sentido, Perret Gentil criticava a posição do Império no que tange à importância dada à Lei de Terras como possível atrativo para imigrantes, acusando tal perspectiva de ser “uma ilusão profunda” (GENTIL, 1854, tradução nossa). Haveria sempre para os imigrantes dificuldades para comprar lotes de terra para si, em função dos embargos diversos com o poder local. Gentil, reiterando a impossibilidade de contar com uma imigração espontânea, afirmava:

Não é após a instalação de vários lotes de emigrantes que outros virão por eles mesmos, pelo relato dos primeiros, que a lei poderá ser utilizada pelos colonos. Uma ajuda e uma impulsão devem ser dadas pelo Governo para a introdução dos primeiros lotes e para estabelecer o fluxo emigrante (GENTIL, 1854, tradução nossa).

Os parágrafos acima demonstram a percepção de Perret Gentil acerca de uma questão importante para as autoridades imperiais: a diferença entre a imigração espontânea e a imigração subsidiada; aquela feita a expensas da própria família de imigrantes, a outra feita com os recursos do Governo Imperial. Os projetos de colonização foram atacados por pessoas no interior da burocracia imperial pelo fato de serem empreendimentos caros, muitas vezes sem possibilidade de retorno (LAZZARI, 1980, p. 54-55). Os diversos núcleos coloniais de iniciativa oficial, compostos por pequenos proprietários, tinham função propagandística para possíveis emigrantes com recursos para uma viagem transatlântica (MACHADO, 1996,

67-69). Perret Gentil duvidada de um grande afluxo de colonos espontâneos motivados apenas pela oferta de terras e, de fato, a imigração no Brasil foi de grande vulto apenas no momento em que houve iniciativa oficial para o subsídio parcial ou total de passagens, a partir da década de 1880 (KLEIN, 1999, p. 25).

No Paraná, os grandes proprietários não tinham interesse em angariar colonos, haja vista suas atividades se concentrarem na pecuária e na invernagem, portanto, não poderia ser adotado o sistema de parceria para atrair imigrantes, que nesse ínterim experimentava sua ascensão na província de São Paulo. Nesse sentido, Perret Gentil narra-nos uma suposta correspondência oriunda da Suíça, na qual podemos observar as inflexões em seu próprio projeto de colonização. Nessa carta, havia a pretensão de compra de uma propriedade nas cercanias de Paranaguá, que

tivesse bastante extensão e cafeeiros para ocupar 200 colonos de todas as idades e onde ainda encontrasse 10 escravos e algum gado. A pessoa que deseja fazer esta aquisição como a cultura dos gêneros coloniais, me transferirá as 200 pessoas para que sejam estabelecidas na propriedade com o sistema parceria (GENTIL, 1854, tradução nossa).

Defensor do sistema de parceria anos atrás, Perret Gentil passou a considerá-lo inapropriado a partir do momento em que iniciou seu próprio empreendimento colonial, uma vez que “O sistema parceria só pode convir se for possível instalar os colonos sobre terras que têm produção imediata” (GENTIL,

1854, tradução nossa). Dessa forma, o empresário considerava o seu sistema de colonização o mais apropriado para o fomento da agricultura no Paraná, que consistia na venda ou aforamento de lotes de terra aos colonos que os demandassem, tornando-os pequenos agricultores, que é o mais usual no Brasil Meridional e nos diferentes projetos de cunho oficial (BALHANA, PINHEIRO, WESTPHALEN, 2002, p. 246-247; SEYFERTH, 1999, p. 289).

Ainda assim, Perret Gentil defendia um artifício utilizado pelo sistema de parceria: o financiamento de passagens por meio das municipalidades europeias, que adiantavam os recursos necessários para a emigração, pelos quais os fazendeiros paulistas ficavam responsáveis pelo reembolso, exigindo-o dos colonos imigrados (HOLLANDA, 2004, p. 248). Por mais que a emigração europeia fosse em sua maioria espontânea – em escala internacional – certos grupos necessitaram de subsídios e financiamentos para as viagens – o caso da grande maioria dos imigrados no Brasil (HOBBSAWN, 1982, p. 212). As municipalidades europeias poderiam ser convencidas a financiar a vinda de colonos para o Paraná, no entanto, defende o empreendedor, ainda haveria necessidade de grandes empenhos dos cofres da região.

Nessa direção, Perret Gentil indicaria os procedimentos ideais a serem adotados pela província do Paraná. Para coadjuvar a colonização, o Governo Provincial deveria

despender anualmente uns 30 contos de réis para financiar a vinda de 500 a 600 famílias, sendo tal soma destinada a pagar os custos com seu transporte, instalação e sustento. Além do investimento necessário, deveria o Paraná conceder lotes de terra em diversas colônias às famílias imigradas. Para tal, deveria ser formada uma direção competente a cargo desse projeto, com pessoas capazes de organizar os investimentos feitos e responsáveis pelos capitais empregados, além de fornecer todos os auxílios necessários aos colonos e determinar as bases contratuais que regeriam o trabalho entre os colonos e a direção colonial.

Conforme exposto acima, as propostas de Perret Gentil tinham em vista a formação de colônias de estrangeiros de pequenos agricultores, como o usual nos projetos movidos pela iniciativa Imperial. De sua própria lavra, apenas a proposta de uma direção provincial que auxiliasse tanto colonos como empreendedores coloniais. Outras propostas evidenciam que o cônsul suíço tentava obter algumas vantagens para seu próprio empreendimento. Por exemplo, Gentil defendia o estabelecimento dos colonos em núcleos coloniais primeiramente “começando da costa e avançado pelo interior em proximidade com as estradas e cidades” (GENTIL, 1854, tradução nossa), medida que auxiliara o crescimento do contingente da Colônia de Superagui, localizada no litoral paranaense. Da experiência colonial também decorria a proposta para o cultivo de gêneros: Superagui consolidou sua

produtividade em torno do café, em mais um traço vestigial da grande lavoura e, nesse sentido, defendera o empresário que as colônias de ‘Serra Abaixo’ deveriam cultivar gêneros coloniais, ao passo que as de ‘Serra Acima’ deveriam cultivar cereais, criar gado e produzir queijo e manteiga. A alusão a um Paraná acima e abaixo da Serra do Mar, além de fruto de sua experiência como empresário colonizador, é demonstrativo de um conhecimento já bastante amplo sobre a região na qual fundara seu estabelecimento<sup>3</sup>.

Tal projeto dependia de uma série de trabalhos e investimentos empenhados por parte do Governo Provincial; contudo, poderia lograr sucesso, e as colônias instaladas não só “formariam uma atração que poderia dispensar os sacrifícios feitos a Província e proporcionariam rendimentos ao estado” (GENTIL, 1854, tradução nossa). Por fim, terminava Carlos Perret Gentil, escrevendo: “Paro aqui assegurando a V. E. que se o Governo Provincial estiver disposto a tomar as medidas para a colonização eu estaria pronto, assim como meus conhecidos na Europa, para entrar em combinação para contribuir”. Ao final, tinha defendido um projeto “em favor mesmo do assunto que me ocupo”, assegurando ser o humilde servidor do Governo Provincial.

### Usos e apropriações das opiniões do fundador

---

3 De fato, o planalto e o litoral constituíram dois tipos de organização econômica diferenciados, sendo caracterizados inclusive por possuir um clima diferente; um mais próximo dos trópicos, outro mais temperado (WAIBEL, 1979, p. 239; BALHANA, 2002a, p. 28-29).

## de Superagui sobre colonização e imigração

As opiniões do fundador da Colônia de Superagui a respeito da necessidade de colonização não seriam relegadas pelos seus contemporâneos, mas objeto mínimo de atenção e crítica do remetente ao qual se dirigiu, o presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos. O documento com a proposta demorou menos de cinco dias para chegar às mãos do Governo Provincial, algo que pontuou o despacho oficial publicado nos primeiros números do Dezenove de Dezembro (PARANÁ, 1854a, p. 2); todavia, parece-nos que foi objeto de análise apenas na abertura da Assembleia Legislativa, em 15 de julho. De acordo com Zacarias, Perret Gentil, “tomando a colonização debaixo de hum ponto de vista mais elevado”, oferecia seu plano para trazer uma “população laboriosa e moralizada”. Entretanto, apenas o expunha aos deputados, sem discuti-lo, embora dissuadisse os esforços com relação a tal projeto. Uma vez que a província se encontrava por ser organizada, necessitando de melhorias diversas, não aconselhava o empenho de 30 contos de réis anuais no empreendimento de colonização, considerado um dispêndio superior às forças da nascente província, correndo “o risco de não se cumprir a palavra empenhada, e desacreditar por esse modo a colonização em seu princípio”(PARANÁ, 1854b, p. 56).

E, realmente, as finanças provinciais não suportavam tal empenho monetário. No ano

de 1854, o fisco da nova província dispunha de 26 contos e 925\$600 mil réis em caixa, enquanto a despesa do orçamento montava a mais de 64 contos, estando o Paraná com déficit de mais de 37 contos de réis (p.104). Em suma, nem se o projeto de Perret Gentil utilizasse todo o dinheiro em caixa da Província, conseguiria custear a totalidade desse empreendimento. Esse era o primeiro motivo para que Zacarias sequer discutisse as observações do cônsul, embora concordasse com ele no que tange ao estado ‘decadente’ da lavoura na recém-criada província, uma vez que o mate e a pecuária consumiam as forças dos habitantes da região (p. 67). Nos anos posteriores, com a criação de novos impostos e concentração dos direitos sobre animais e produtos em Curitiba, a receita provincial aumentaria exponencialmente. Em 1855, a receita provincial montava a mais de 190 contos de réis e as despesas a 111 contos, cuja arrecadação de tropas correspondia à quase totalidade do fisco da Província (PARANÁ, 1855a, p. 76). Posteriormente, a receita subiria a 286 contos, sendo também superavitária (1856, p. 190). Em 1858, ficava a receita orçada em 322 contos de réis (1858, p. 73). A receita aumentou, mas nem por isso o projeto de Perret Gentil seria retomado por outro Presidente de Província.

A proposta de colonização de Perret Gentil foi objeto de atenção da Presidência de Província e da recém-formada Assembleia Provincial, porém, quando as instituições oficiais voltaram-se para a questão, ignoraram

pretensões de contato com agentes de colonização na Europa ou empreendimentos para fornecimento de terras. Na 16ª sessão da Assembleia Provincial, apresentou-se um projeto que pretendia financiar a vinda da imigração estrangeira, de autoria do segundo secretário provincial (Assemblea Provincial, 1855). Poucas semanas depois, fora aprovada a Lei Nº 29, de 21 de março de 1855, pela qual ficava o Governo Provincial autorizado a despendar 10 contos de réis com a imigração estrangeira, dando preferência aos colonos que já residiam em outras províncias do Brasil, e não aos que se encontravam na Europa. Estabelecia, também, que tais colonos transportados à custa da Província deveriam ser empregados primeiramente nos serviços das estradas provinciais, podendo ser engajados pelos lavradores particulares que os demandassem, contanto que seus empregadores pagassem o dinheiro despendido pela Província com tais trabalhadores. Na mesma lei, pretendia o Governo estudar o sistema adequado de colonização a ser adotado por toda a Província (PARANÁ, 1855b).

A lei então aprovada ia de encontro às opiniões do antigo cônsul da Suíça sobre o tema, mas era consoante ao desenvolvimento da entrada de estrangeiros na região do Paraná. Durante a primeira metade da década de 1850, a nova circunscrição regional assistiu a remigração de colonos europeus provenientes de Dona Francisca, estabelecida ao norte da província de Santa Catarina. A colônia fora

fundada em 1849 pela Companhia Hamburguesa de Colonização, nas terras que serviram de dote do casamento de Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, com o príncipe de Joinville, filho do Rei Luís Filipe da França, e em seus primeiros anos enfrentou inúmeras dificuldades, estimulando seus habitantes a remigrar a outras regiões, em especial para o planalto curitibano. Em 1850, havia 153 imigrantes vivendo nas cercanias de Curitiba, correspondendo a 2% da população livre da região, e em 1855, mais de 280 indivíduos abandonaram o núcleo catarinense em direção ao planalto curitibano (NADALIN, 2001a, p. 20;174, MACHADO, 1994, p. 15, BALHANA, 2002b, p. 364).

Em período bem próximo de tempo, o projeto de colonização de Perret Gentil foi solenemente ignorado, em benefício de outro das próprias autoridades provinciais, com menos empenho financeiro e orientado a um movimento remigratório preexistente. Esquecidas pelos seus contemporâneos, as observações do fundador de Superagui a respeito do tema seriam retomadas apenas pela historiografia paranaense dedicada à imigração e colonização, com objetivo de fornecer explicações a respeito do estabelecimento de colônias de estrangeiros na região do Paraná. O resgate das opiniões de Perret Gentil seria realizado pela professora Altiva Pilatti Balhana, uma das pioneiras dos estudos sobre colonização e imigração no Paraná, a partir da década de 1970.

A primeira referência às ideias do

fundador de Superagui encontra-se no texto intitulado “Política Imigratória do Paraná”, publicado pela primeira vez em 1972, na Revista Paranaense de Desenvolvimento. Nessa oportunidade, a professora retoma o tema de imigração e colonização, trabalhado primeiramente por ocasião de seu ingresso na Universidade Federal do Paraná e na coletânea “História do Paraná”, publicada em 1969, em conjunto com os professores Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen<sup>4</sup>. Após discorrer sobre as questões de colonização e imigração no Brasil dos oitocentos como um todo, a professora detém-se sobre a argumentação que justificaria a presença de imigrantes europeus no Paraná do século XIX. Para tal, faz uso das afirmações das personalidades que observamos logo acima: Carlos Perret Gentil e Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Em seu artigo, Altiva Pilatti Balhana afirma que, em oposição à agricultura praticada na grande lavoura, como em São Paulo, que concebia a colonização como meio de suprir uma suposta falta de braços, “no Paraná, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. Documentos particulares e públicos assinalam esta orientação” (2002b, p. 367). Assim, os testemunhos das duas personalidades referidas acima, se ao menos não concordaram sobre as iniciativas de

colonização, afirmavam em uníssono que a agricultura do Paraná encontrava-se estacionária e apenas a colonização europeia poderia solucionar o problema. Para tal, argumenta a autora que a Província iniciou um plano de colonização “baseado no estabelecimento de colônias agrícolas, nos arredores dos centros urbanos, com o objetivo de colocá-las junto aos mercados consumidores” (p. 367).

Tais afirmações – depreendidas das fontes citadas – fizeram escola na historiografia paranaense sobre o tema, como o provam diversos trabalhos que defenderam que a necessidade de uma agricultura de subsistência foi o principal motivador para o investimento em empreendimentos de colonização (DRABIK, GONÇALVES, 2004, p. 26-29; NADALIN, 2001b, p. 76; SANTOS, 1995, p. 103). O debate entre Gentil e Zacarias, bem como o tema deste advindo, seria retomado novamente pela professora Balhana, em 1978, como preâmbulo ao estudo sobre o estabelecimento de colonos italianos no litoral do Paraná e na colônia curitibana de Santa Felicidade (1978, p. 21).

Se, em outras ocasiões, Perret Gentil não foi utilizado como testemunho da função desempenhada pelos colonos europeus no território do Paraná, foi consultado como indicativo do estado da agricultura paranaense dos oitocentos. Desta vez, Altiva Pilatti Balhana, em conjunto com a professora Cecília Maria Westphalen, ao tratar sobre a expansão da agricultura paranaense desde o século XVIII até a primeira metade do século XX, denotaram a

---

<sup>4</sup> A respeito dessas questões, conferir (BALHANA, 1958) e (BALHANA *et. al.*, 1969, p. 156-184).

decadência agrícola em meados do século XIX. Entre as fontes que compilaram para formar tal quadro, era citado um trecho do manifesto sobre colonização do empreendedor de Superagui (BALHANA, WESTPHALEN, 2002, p. 146).

Destaca-se um elemento importante para que o fundador da Colônia de Superagui seja citado para comprovar o sentido da colonização europeia no Paraná: sua posição social enquanto empresário colonizador. No texto “Imigração e Colonização”, presente na coletânea “História do Paraná”, houve uso sistemático apenas de opiniões dos presidentes de província, constantes de seus relatórios (BALHANA *et. al.*, 1969, p. 161-163). Na próxima oportunidade que a professora Altiva Pilatti Balhana apresentou seu entendimento sobre o tema, a fonte citada foi a única arrolada em meio aos relatórios de presidentes provinciais (2002b, p. 367-371). A menção a Perret Gentil ampliava o espectro do discurso desenvolvido sobre a decadência agrícola do Paraná e o papel da colonização europeia nesse cenário.

Em que pese o papel da população nacional na agricultura paranaense, como demonstrado nas referências feitas acima sobre a produtividade da farinha de mandioca, arroz, trigo, erva-mate e pecuária, as autoridades provinciais – por conseguinte, imperiais – bem como o fundador de Superagui desenvolveram um discurso a respeito da produtividade agrícola da região e do papel a ser

desempenhado pelos colonos europeus, que legitimava o investimento em tais atividades. Uma vez que o enfoque da historiografia paranaense foi justamente a política imigratória na região, como inclusive os títulos de seus trabalhos expressamente o afirmam, nada mais coerente com o seu propósito que se concentrassem nos discursos que a legitimaram. A utilização das opiniões de um fundador de um núcleo colonial que se atrevia a recomendar a um Presidente de Província as medidas a serem tomadas, cujo relato é anterior a qualquer manifestação oficial sobre o tema, corrobora enormemente as manifestações dos presidentes provinciais que se sucederam. Com tal pressuposto em mente, resta denotar que tipo de função semântica o discurso do fundador de Superagui exerceu na constituição da história da colonização e imigração no Paraná.

A primeira função semântica exercida pelas opiniões de Perret Gentil foi a de ‘explicação’ em história, tal como é defendida por Paul Veyne. Ao contrário das explicações nas ciências naturais ou exatas, dedutivo-nomológicas, a explicação em história é alicerçada principalmente nas evidências a respeito de um determinado acontecimento, que deve ser narrado pormenorizadamente e destrinchado em seus elementos particulares, atividade que Veyne definiu por ‘retrodição’: “a explicação não é outra coisa senão a narração desses antecedentes, que mostra tudo o que provocou [...] e pode ser chamado de causas” (1982, p. 53). O detalhamento do

acontecimento, por sua vez, depende da ação humana que o provocou, e esta deve ser explicada em função de um poder de decisão, o fator psicológico que a ocasionou e no interior do qual devem ser investigadas suas causas (BLOCH, 2001, p. 157-159). Portanto, a colonização europeia no Paraná foi explicada em função dos problemas agrários na região, motivada pela concepção que os diferentes agentes históricos possuíam a respeito da situação, entre eles o fundador da Colônia de Superagui.

Como corolário da formação de porquês, as opiniões de Perret Gentil auxiliaram na pavimentação daquilo que se poderia denominar de ‘sentido’ da colonização europeia no Paraná dos oitocentos. Michel de Certeau defendeu que o historiador, em sua atividade de pesquisa, elenca diversos acontecimentos para a narrativa que pretende escrever. No caso da historiografia paranaense sobre a colonização e agricultura locais, um dos acontecimentos foi justamente a missiva de Perret Gentil. Compilados sistematicamente, esses diferentes acontecimentos condensam-se naquilo que Certeau designaria por ‘fato’. O ‘fato’ fornece enunciados de sentido e dá significado aos acontecimentos (2001, p. 103). Portanto, os diferentes acontecimentos destacados na história da colonização europeia no Paraná – nos quais o protagonismo de Perret Gentil foi assinalado – sublinharam o seu ‘fato’ primordial: sua justificativa para melhoria da agricultura e criação de uma cultura de

abastecimento.

Com relação à acepção de ‘sentido’ na história, deve-se fazer uma última observação. De acordo com Jorn Rüsen, o sentido deve constituir o fio condutor da narrativa histórica, mediando a ação dos sujeitos do passado e os significados atribuídos as suas vivências e seus atos. Esse processo, por sua vez, fornece a orientação temporal para aqueles a quem a narrativa histórica pode desempenhar algum tipo de função social, em outras palavras, o público ao qual a produção histórica se dirige. E resulta que a função social de ‘sentido’ na história é a formação de identidades: “O sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças do tempo” (2001, p. 125). No caso dos colonos europeus imigrados no Paraná, uma identidade constituída pelas ações e acontecimentos do passado, da qual muitos podem se considerar herdeiros. Somos aquilo que fizemos e que nos lembramos.

Assim, a historiografia paranaense identificou a presença imigrante no Paraná não na imagem idealizada que promotores da imigração poderiam ter a respeito da população advéncia, geralmente em demérito da população nacional, seja por males de origem ou considerações raciais – o nós e eles quase sempre em benefício destes (SILVA, 2009, p. 236-237). A identificação e caracterização da população imigrada, por parte dos historiadores paranaenses, deu-se mais pelas funções econômicas atribuídas a tal contingente e pela

ação social desempenhada por essas pessoas do que por suas supostas qualidades ontológicas projetadas pela elite política de então.

### Últimas palavras

As observações feitas acima sobre a utilização dos escritos de Perret Gentil não foram comungadas pela historiografia citada, mas depreendem-se da análise de seus trabalhos. A historiografia paranaense dos anos 1960 e 1970, bem como a desenvolvida posteriormente, ainda estava absorvendo o impacto da influência da Escola dos Annales, em especial de sua segunda geração, sob o protagonismo de Fernand Braudel, como o atesta, inclusive, a orientação recebida pela professora Cecília Westphalen do célebre pesquisador (WESTPHALEN, 1998, p. 15). Da mesma forma, houve uma penetração muito grande da história demográfica nos estudos de imigração desenvolvidos à época, acentuando o caráter estrutural, total e cliométrico da historiografia paranaense da década de 1970 (MARCHETTE, 2013, p. 208-209).

Por mais que a Escola dos Annales ampliasse os objetos de estudo da história, para além da história política e para documentos que não fossem somente aqueles de cunho oficial, ressaltando o caráter subjetivo do conhecimento histórico, sua produção historiográfica acabou por alimentar novos padrões rígidos, muitas vezes deterministas, tomados de empréstimo de

outras disciplinas<sup>5</sup>. Obedecendo essa perspectiva, a historiografia paranaense destacou o aspecto econômico da colonização e imigração europeias no Paraná, em consonância com as influências da historiografia francesa, voltada a histórias econômicas e sociais. Posteriormente, o campo dos estudos de imigração e colonização seria dominado pelos estudos em história demográfica, sob influência nítida da mesma professora Altiva Pillati Balhana.

Tendo em vista esse panorama dominado por campos de estudos de cunho um tanto objetivo e rígido, deve-se fazer um pequeno parêntese do quanto as observações do fundador do núcleo de Superagui podem ser consideradas como verdades. O relato de Perret Gentil, citado direta e indiretamente várias vezes pelas autoras relacionadas acima, dava respaldo de ‘verdade’ ao quadro elaborado a respeito da economia paranaense (GINZBURG, 2011, p. 37-39). Dessa forma, sua citação assumia o caráter de ‘vividez’ do acontecimento, no caso, a colonização no Paraná. A ênfase em aspectos econômicos, estruturais, a elaboração de histórias totais, ao final, abre pouco espaço para questionamentos das opiniões de agentes históricos. Afinal de contas, a agricultura do Paraná estava em tal estado que necessitasse de colonização estrangeira?

Nesse sentido, cabe observação do

---

5 A respeito das discussões da rigidez e das limitações dos paradigmas defendidos pelos expoentes dos Annales, bem como as controvérsias a respeito, conferir: DOSSE, 2004, p. 24-25; BURKE, 1992, p. 31; REVEL, 2000, p. 10-11.

quanto o que Perret Gentil escreveu pode ser entendido como verdade, ou, ao menos, relativizar-se a dicotomia entre verdadeiro ou falso, certo ou errado. As observações do fundador da colônia de Superagui poderiam ser interpretadas mais como ‘experiências’ que ele havia vivenciado do que aspectos do passado que correspondessem integralmente à realidade. Por ‘experiência’ entende-se o passado vivido pelos agentes históricos, que o incorporaram e o elaboraram de acordo com seu lugar social ou concepção de mundo (KOSELLECK, 2004, p. 259). Assim, haveria aquilo que realmente se passou – a realidade; a maneira como os personagens coetâneos interpretaram tais acontecimentos concretos – a experiência propriamente dita; e, por fim, o relato da experiência vivida – a expressão (RENK, 1996, p. 81-82). O documento de autoria de Perret Gentil trata justamente a respeito das experiências que travou contato desde seu estabelecimento na região do Paraná. A redação e exposição das suas ideias sobre a colonização é justamente a expressão dessas vivências.

Por fim, ressalta-se o quanto a experiência de Superagui, em especial de seu empresário colonizador, pode definir as características de uma história que ultrapassa seus limites humanos e territoriais. É o exemplo do quanto uma experiência de pequenas proporções pode fornecer significado e explicação para acontecimentos de grande magnitude, como os empreendimentos de colonização havidos no Paraná – o microcosmo

que define o macrocosmo. Nesse caso específico, da maneira um tanto incipiente, a historiografia paranaense reproduziu um exercício próprio de micro-história<sup>6</sup>, embora, no final da década de 1970, já vislumbrasse perspectivas semelhantes: “os problemas universais podem ser vistos macro ou microscopicamente, [...] no estudo da História é sempre mais segura a visão microscópica” (WESTPHALEN, 1977, p. 31). E ainda: “chegasse à conclusão que o instrumento de estudo da História Regional é aquele das comunidades”(p. 30).

Portanto, o estudo em escala micro, a explicação em função das experiências dos sujeitos históricos, a formação de sentido, todos esses elementos estiveram presentes no uso da experiência de Superagui como demonstrativo de que a agricultura no Paraná do século XIX encontrava-se em estado decadente, e que a colonização europeia foi desenvolvida para criar uma agricultura de abastecimento. O quanto tal explicação, tal sentido, é correspondente ao passado pode e deve ser questionado pela historiografia futura que, novamente, deverá se alicerçar em outras experiências para a formação de significado dos vestígios do passado e de sentido para aqueles que usufruirão desta narrativa.

---

6 A micro-história não se resumiria apenas à redução da escala de observação, mas partiria do pressuposto de que essa redução de escala, o estudo do detalhe, responde questões de maior amplitude, fornecendo um panorama novo sobre objetos de estudo maiores que o original (LEVI, 2000, p. 141; REVEL, 2002, p. 17-18).

## Referências

- ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana no Paraná. In: *Un Mazzolino de Fiori*, vol.I/ Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori*, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. Curitiba: Tip. João Haupt, 1958.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: Uma Paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori*, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.
- BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota Prévia ao Estudo da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori*, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2002.
- DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.
- DRABIK, Belquis Ribeiro. GONÇALVES, Marcos. Notas sobre política imigratória na Província do Paraná. In: BOSCHILIA, Roseli (Org.). *Reconstruindo Memórias: os Poloneses do Santo Inácio*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GALARDO, Darío Horacio Gutiérrez Gallardo. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- HOBBSAWN, Eric. *A Era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônia de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984.
- KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: on the semantics of historical time*. New York: Columbia University Press, 2004.
- LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2000.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco (Curitiba: 1854-1991)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *A Trama das Vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 379 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da*

*historiografia do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico*. 362 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná – Estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcello*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999. p. 30.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A construção do "vazio demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná*. Pos-História (UNESP. Assis), v. 1, p. 123-137, 1994.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São

Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RENK, Arlene. A experiência em Thompson. In: *História: Questões & Debates*. Associação Paranaense de História: Curitiba, V. 12, n. 24, jul./dez. 1996.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

SILVA, Marcio Antônio Both da. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes *et al* (org.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

WAIBEL, Leo. Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*: Curitiba, v. 2, n.3, 1977.

### Fontes utilizadas

Assemblea Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, n°50, p.3, 07 de março de 1855.

GENTIL, Carlos Perret. *A Colonia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos: Typographia Imparcial de F. M. R. de Almeida, 1851.

GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*.

Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

PARANÁ. Governo da Província. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, n°07, p.2, 13 de maio de 1854.

PARANÁ. Lei N° 29, de 21 de março de 1855. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, n°6, p.1, 09 de maio de 1855.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.

PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1° de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856.

PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Parana Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1858.